

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO
CURSO DE HISTÓRIA

IGOR RIBEIRO DOS SANTOS

**IMPRIMINDO E DISSEMINANDO A REVOLTA EM ALAGOAS: O ANARQUISMO
NAS PÁGINAS DOS JORNAIS A TRIBUNA DO POVO E A SEMANA SOCIAL NOS
ANOS DE 1916 A 1917**

Delmiro Gouveia
2018

IGOR RIBEIRO DOS SANTOS

**IMPRIMINDO E DISSEMINANDO A REVOLTA EM ALAGOAS: O ANARQUISMO
NAS PÁGINAS DOS JORNAIS A TRIBUNA DO POVO E A SEMANA SOCIAL NOS
ANOS DE 1916 A 1917**

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado ao curso de História da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Campus do Sertão, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Abelardo de Santana

Delmiro Gouveia
2018

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca do Campus Sertão
Sede Delmiro Gouveia

Bibliotecária responsável: Larissa Carla dos Prazeres Leobino – CRB-4 2169

S237i Santos, Igor Ribeiro dos

Imprimindo e disseminando a revolta em Alagoas : o anarquismo nas páginas dos jornais A Tribuna do Povo e A Semana Social nos anos de 1916 a 1917 / Igor Ribeiro dos Santos. – 2018.
25 f.

Orientação: Prof. Dr. Pedro Abelardo de Santana.
TCC – Artigo científico (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Alagoas. Curso de História. Delmiro Gouveia, 2018.

1. História de Alagoas. 2. Jornal A Tribuna do Povo. 3. Jornal A Semana Social. I. Título.

CDU: 930:070(813.5)

IGOR RIBEIRO DOS SANTOS

IMPRIMINDO E DISSEMINANDO A REVOLTA EM ALAGOAS: O ANARQUISMO
NAS PÁGINAS DOS JORNAIS A TRIBUNA DO POVO E A SEMANA SOCIAL NOS
ANOS DE 1916 A 1917

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado ao curso de
História da Universidade Federal de Alagoas (UFAL),
Campus do Sertão, como requisito parcial para obtenção do
título de Licenciado.

BANCA EXAMINADORA

Pedro Abelardo de Santana

(Prof. Dr. Pedro Abelardo de Santana, UFAL) (Orientador)

Sheyla Farias Silva

(Prof.^a Ma. Sheyla Farias Silva, UFAL) (1^a Examinadora)

Carla Taciane Figueiredo

(Prof.^a Dr.^a Carla Taciane Figueiredo, UFAL) (2^a Examinadora)

Delmiro Gouveia
2018

IMPRIMINDO E DISSEMINANDO A REVOLTA EM ALAGOAS: O ANARQUISMO NAS PÁGINAS DOS JORNAIS A TRIBUNA DO POVO E A SEMANA SOCIAL NOS ANOS DE 1916 A 1917

Igor Ribeiro dos Santos
Graduando em História, UFAL, CAMPUS DO SERTÃO
Prof. Dr. Pedro Abelardo de Santana
Orientador

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é analisar a veiculação do anarquismo no Estado de Alagoas através das páginas dos jornais *A Tribuna do Povo* e *A Semana Social* nos anos de 1916 e 1917. Analisaremos os textos próprios do redator, assim como, artigos de outros militantes e reproduções de jornais. São destacadas discussões acerca de eventos nacionais e internacionais tratados pelos anarquistas, como as greves gerais e mobilizações operárias que ocorreram no período, como a Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa. Além de discussões no tocante a questões políticas, econômicas e sociais locais, como a carestia de vida, o incentivo à formação de entidades de classe e a atuação por meio destas, com vinculação com o anarquismo. Os periódicos foram editados pelo tipografo fluminense Antonio Bernardo Canellas, nas cidades de Viçosa e Maceió, ambas em Alagoas.

PALAVRAS-CHAVE: Anarquismo; Século XX; Alagoas.

Introdução

Ao contrário do que a historiografia tradicional sustentada pelas fontes oficiais, escritas a partir da ótica dos de cima e comprometida com os grandes homens e seus supostos feitos, possa resumir a Alagoas da Primeira República, esse pequeno Estado situado no Nordeste do Brasil “não possui apenas oligarquias, latifúndios e marechais, mas que operários, artistas e artífices, junto com outros grupos subalternizados, também foram sujeitos históricos dos destinos da nossa sociedade” (MACIEL, 2013, p.5) No despontar da Primeira República, como em outras partes do Brasil, em Alagoas muitos jornais e periódicos, como *A Semana Social* e *A Tribuna do Povo*, são exemplos da combatividade da classe operária demonstrada claramente na história republicana (MACIEL, 2013).

E. P. Thompson (1987), destaca o autodidatismo como elemento precípua na formação da classe trabalhadora no século XIX. Este elemento esteve presente no desenvolvimento da classe em outros locais e outros períodos. Um dos meios de acesso à leitura e também

responsáveis pela aquisição de consciência política e de classe, são os jornais e os periódicos. E “A consciência articulada do autodidata era sobretudo uma consciência política” (THOMPSON, 1987, p. 303). O historiador inglês destaca ainda inúmeras atividades dos trabalhadores relacionadas aos jornais e periódicos naquele contexto, como a dos líderes radicais locais, tecelões, livreiros alfaiates que reuniam pilhas de periódicos radicais e aprendiam a usar publicações oficiais do parlamento. Em Londres, os periódicos eram lidos em público e em Barnsley um clube de tecelões foi formado para comprar jornais e periódicos.

Nas pesquisas, os jornais como fonte histórica, passaram a ser utilizados com mais frequência apenas depois de 1970 no Brasil. Segundo Luca (2010, p. 111), era ainda relativamente pequeno o uso destas fontes para o conhecimento da história no Brasil da década de 1970. No âmbito geral da História, essa mudança foi possível com o advento da Escola dos Annales, introduzindo no campo da história “novos objetos, problemas e abordagens” (LUCA, 2010, p. 112).

A imprensa operária, seus jornais e periódicos, constituem as fontes mais utilizadas para o estudo do movimento operário no geral, e especificamente do anarquismo na Primeira República. A imprensa foi uma atividade desenvolvida com vigor pelos anarquistas nesse período em muitas partes do país, isto inclui Alagoas.

Circulou em território alagoano de maneira quase ininterrupta durante um ano e três meses, dois importantes jornais para os grupos subalternos, produzidos pela classe trabalhadora: *A Tribuna do Povo* e *A Semana Social*. Ambos os periódicos foram editados pelo tipógrafo fluminense Antônio Bernardo Canellas¹ e representam as principais fontes, genuinamente dos de baixo, produzidas em Alagoas no período delimitado nesta pesquisa, que possibilita o estudo da sua classe operária, sobretudo, do anarquismo nestas terras. São uns dos poucos jornais comprovadamente “porta voz do grito do povo oprimido” (*A Semana Social*, 30/03/1917, p.1). Se não, os únicos, de Alagoas no período, a terem suas coleções conservadas completas e disponíveis,² inclusive, com uma edição fac-símile, no caso de *A Semana Social* (MACIEL, 2013).

¹ Antonio Bernardo Canellas foi um tipógrafo autodidata que chegou à Alagoas, entre 1915 e 1916, vindo da cidade de Niterói no estado do Rio de Janeiro e se instala em Viçosa, região da Zona da mata onde editou, com apenas 16 anos, o Jornal A Tribuna do Povo, indo depois para Maceió, onde editou A Semana Social. Em 1918, já em Recife, funda um jornal homônimo ao de Viçosa, que será publicado até 1920. Em 1922 participa da fundação do PCB (Partido Comunista Brasileiro). Uma obra de referência sobre o Canellas é “Um cadáver sobre o sol”, de Iza Salles. Ver também a dissertação de Bruno Rodrigo Tavares Araujo, citada aqui.

² Estão disponíveis no Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista (Cedem/Unesp), *A Semana Social* com a sua coleção completa e *A Tribuna do Povo* com 16 dos 18 números lançados.

O primeiro jornal lançado por Canellas em Alagoas foi *A Tribuna do Povo*. Para Plancherel (1997, p. 84), um semanário anarquista que explicitamente difundiu os postulados desta doutrina, de meados de 1916 a início de 1917. Deste periódico foram lançados 18 números no total. Neste ínterim o tipógrafo residira na cidade de Viçosa, local no qual se instala ao chegar ao Estado de Alagoas. O número de estreia veio a público em 17 de agosto e o jornal foi veiculado até janeiro do ano seguinte, seu último número é do dia 8. Pouco menos de três meses, já situado em Maceió, Antônio Bernardo dá início a uma nova empreitada. Em 30 de março de 1917 lança o primeiro número do seu segundo jornal, *A Semana Social*, que duraria até novembro, totalizando 26 números, sendo do dia 3 daquele mês, o último.

Estas publicações fazem parte da ação militante anarquista nas terras alagoanas. No “contexto da Primeira República, os anarquistas procuraram intervir na formação da consciência da classe no período, produzindo jornais, teatro e outros elementos que serviam como fomentos pedagógicos das lutas sindicais” (SILVA, 2015, p.97). Através das páginas desses jornais, *A tribuna do Povo* e *A Semana Social*, foram denunciadas as mazelas em que vivia o povo em Alagoas, na cidade e no campo, apontando os culpados como o capitalismo, as oligarquias e o Estado. Em torno desta imprensa, buscou-se também organizar a classe trabalhadora e, indo além da denúncia, interferir em sua realidade política, econômica e social.

O objetivo desta pesquisa é analisar a veiculação do anarquismo no Estado de Alagoas através das páginas dos jornais *A semana Social* e *A Tribuna do Povo* nos anos de 1916 e 1917. Assim como, apontar as publicações de artigos e excertos de textos de outros militantes, jornais e grupos anarquistas reproduzidos nesses jornais de Alagoas; compreender o posicionamento dos jornais acerca de questões econômicas, políticas e sociais; e demonstrar o diálogo entre esses jornais estudados e a prática anarquista no tocante a eventos como à Primeira Guerra Mundial, a carestia de vida e as mobilizações operárias de 1917. Observando a discussão sobre a orientação ideológica dos jornais aqui estudados, principalmente *A Semana Social*, e do seu redator-tipógrafo, conduzimos nossa pesquisa a partir das seguintes indagações: qual a relação dos jornais *A Tribuna do Povo* e *A Semana Social* com o anarquismo? São, estes jornais, anarquistas?

As fontes utilizadas na pesquisa foram as coleções dos jornais *A Tribuna do Povo* e de *A Semana Social*. Ambas se encontram no Centro de Memória e Documentação da Universidade Estadual Paulista (CEDEM-UNESP). De *A Semana Social* utilizamos a edição fac-símile organizada por Osvaldo Maciel e lançada pela Edufal, em 2013; *A Tribuna do Povo* conseguimos, a partir de uma conversa casual no IV Encontro Nacional de História do Sertão

com o pesquisador Frederico Duarte Bartz, a quem agradeço por nos enviou esses e outros jornais em versões digitais.

Trabalhamos com os jornais na perspectiva de fonte histórica e objeto, como assinala Barros,

“Uma fonte pode preencher uma das duas funções acima explicitada: ou ela é o meio de acesso àqueles fatos históricos que o historiador deverá reconstruir e interpretar (fonte histórica = fonte de informação sobre o passado), ou ela mesma..., é o próprio fato histórico” (BARROS, 2013, p. 134).

A atividade exercida pelos anarquistas na imprensa, assim como todo movimento operário, fora, e é, uma atividade de militância e luta social, se faz com um propósito definido. Deste modo, é muito apropriado analisá-lo como o próprio fato histórico, assim como, buscar acessar os fatos a partir destes jornais como fonte:

A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero ‘veículo de informações’, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos [...] (CAPELATO apud LUCA, 2010, p. 118).

Antes e depois do período que delimitamos, outros jornais operários foram produzidos em Alagoas, a exemplo do jornal *O Escravo*, que é intitulado órgão da Federação Operária Alagoana, na reparação da federação em 1920. De 1913 a 1915, temos o *1º de Maio* e *O Rebate*. Jornais de outros estados, como a *Voz do Povo*, do Rio de Janeiro, que poderia ser encontrado na redação de *O Escravo*, assim como, *A Plebe*, de São Paulo, também foram distribuídos. Segundo Plancherel (1997, p. 91), Rosalvo Guedes ao lado de Olímpio Sant’Ana, ambos militantes anarquistas alagoanos, representavam oficialmente *A Plebe* em Alagoas. Sem falar da distribuição da própria *A Tribuna do Povo* lançada por Canellas no Recife de 1918 a 1920. Entretanto, focaremos, neste artigo, as experiências da imprensa anarquista própria de Alagoas, ou ainda, do anarquismo nesta imprensa. Deste modo, Abordaremos apenas os jornais *A Tribuna do Povo* e *A Semana Social*.

Entre trabalhadores e o mundo do trabalho

Não podemos informar precisamente a quantidade de jornais vendidos em cada localidade pela qual circularam, para além de onde foram confeccionados³, como as cidades do interior de Alagoas, dos estados de Pernambuco e Sergipe, ou mesmo, Rio de Janeiro, São Paulo, entre outros. Ou a sua penetração junto aos trabalhadores destas localidades. O que nos

³ A tribuna do Povo fora produzido na cidade Viçosa e A Semana Social em Maceió.

interessa no momento, é saber apenas que esses jornais foram distribuídos em várias cidades do interior alagoano, como atesta o anúncio, “Avisamos aos nossos assinantes de Rio Largo, Cachoeira, Muricy, União e S. Miguel dos Campos que será hoje iniciada a cobrança das assinaturas correspondente ao mês de junho” (*A Semana Social*, 19/06/1917, p. 1). Outro ponto importante a destacar, é que esses periódicos estavam ligados ao mundo do trabalho, como demonstra as informações de que os “assinantes do Bom Parto poderão pagar a importância de suas assinaturas ao sr. Vicente Bomfim, operário da fábrica”. Ainda sobre as assinaturas, “em Aracaju (E. de Sergipe) é o sr. Alberto Nuno Pereira, que é encontrado na agência da companhia singer, à rua são Christovam [sic]” o responsável para receber a quantia das assinaturas neste Estado. As distribuições e vendas eram feitas nas fábricas e em outros pontos de trabalho, em locais onde se concentrava a classe trabalhadora, o seu público principal eram os operários.

Além das cidades mencionadas acima, *A Semana Social*, foi distribuída em Viçosa, Cajueiro, Capela, Atalaia e Sapucaia (*A Semana Social*, 03/07/1917, p. 2.). *A Tribuna do Povo*, visivelmente um jornal menor, tanto em artigos quanto em tiragens, circulou, fora de Viçosa, pelo menos, em Maceió, Pindoba, Mar Vermelho, União e Muricy. Não temos notícia da difusão destes periódicos no sertão do Estado, no entanto, *A Semana Social* veiculou duas notícias relacionadas ao mundo do trabalho no Povoado Pedra, hoje cidade de Delmiro Gouveia, que a época era tida como modelo de “progresso” capitalista com a criação de uma hidroelétrica e uma fábrica de linhas, somando-se a uma linha férrea que atravessava a região sertaneja de Jatobá em Pernambuco até Piranhas em Alagoas, cortando aquele povoado. A edição de 25 de agosto de 1917 informou que “Seguirá por esses dias para a Pedra, onde vae dirigir as oficinas graficas da Companhia Agro Fabril Mercantil, o valente camarada Cleodon Mendes”, (*A Semana Social*, 25/08/1917, p. 4). Percebe-se um forte apreço no anúncio, do redator para com o companheiro que segue para a Pedra. Cleodon fora um ativo militante anarquista em um período anterior à chegada de Canellas a Alagoas, no contexto de atuação da Federação Operária Alagoana (FOA), e assim foi lembrado por Canellas, como um valente companheiro.

Em seu antepenúltimo número, de 20 de outubro de 1917, *A Semana Social*, protesta contra a incoerência e a injustiça, a seu ver, cometida pelo governo do Estado em mandar em diligência ao povoado da Pedra, o capitão Pedro Nolasco com a finalidade de prender os assassinos do coronel Delmiro Gouveia. Argumenta que o próprio governo permitiu que o coronel cometesse inúmeras atrocidades contra os operários e as operárias da sua fábrica e moradores da vila, e “nunca ter procurado defender as vítimas do regime feudal reinante

nessas propriedades industriais”. Segundo as informações daqueles que escaparam da Pedra, “O cel. Delmiro nas suas propriedades mandava matar quem lhes aprouvesse”. Desta forma, a injustiça se dá exatamente porque “o governo que não fazia justiça às vítimas do cel. Delmiro não tem absolutamente o direito de punir quem fez justiça por suas próprias mãos” (*A Semana Social*, 20/10/1917, p. 4).

A preocupação com o cenário de labuta e suas personagens é uma constante nesses jornais. No seu último número, no artigo Que Miséria!, *A Semana Social* denuncia uma grave situação provocada pelas péssimas condições de trabalho nas fábricas de Cachoeira e Rio Largo, onde “O médico da Fábrica, mais outro ido de Maceió, percorreu várias casas de operários em Cachoeira. Dizem que numa das secções da fábrica foram encontrados numerosos ratos mortos”. Estas condições estavam ocasionando epidemias como a peste bubônica, tudo com o rigoroso sigilo de gerentes e diretores, e omissão do governo. Fazendo alusão a um pensamento de Octavio Brandão o artigo é finalizado expondo as duras penas enfrentadas por esses trabalhadores e trabalhadoras, e lança uma provocação sobre a necessidade de uma revolta:

Bem diz Octavio Brandão que a miséria deste povo é sem nome! Pois além de viverem morrendo de canção [sic] e enfraquecimento, os operários das fábricas de Rio Largo e Cachoeira ainda são condenados a morrerem de febre e de peste, sem socorro do governo e sem auxílios eficazes – como cães abandonados!
E diga-se ainda que não é necessária uma revolta! (*A Semana Social*, 03/11/1917, p.4)

Ainda em 1916, em *A Tribuna do Povo*, mais um exemplo de transtorno vivido pelos trabalhadores é veiculado. Trata-se da situação dos operários e das operárias da fábrica de tecidos Progresso Alagoano, de Rio Largo, que fora destruída por um pavoroso incêndio e “Em consequência do desastre, centenas de operários estão reduzidos a um desesperador estado de miséria”. Mesmo antes do incêndio, por informações de uma comissão da Federação Operária, na greve de 1915, era sabido que os operários desta fábrica amargavam uma condição dolorosa e pujante de miséria, onde seu salário sequer dava para alimentar-lhes durante seis dias da semana, “De 1915 para cá, os operários têxteis tem vivido em um estado crônico de miséria. E agora o martyrologio [sic] dessas criaturas foi espinhosamente coroadado pelas consequências de um incêndio fatal”. Entendendo que tudo que fora produzido nessa fábrica foi obra dos operários, e que a fortuna desses capitalistas veio através da exploração das atividades dos obreiros nessa fábrica, O redator declara que é obrigação daqueles não deixar estes trabalhadores perecerem na miséria, e que enquanto se arrastar a catástrofe, que

seja pago aos operários, pelo menos, o “salário que eles obtinham antes do sinistro” (*A Tribuna do Povo*, 19/10/1916, p. 3).

Percebemos que a classe trabalhadora alagoana, nessas inúmeras cidades, tiveram suas vidas veiculadas, assim como, tiveram a possibilidade do contato com o anarquismo que estava em contato direto com o movimento operário. Os jornais apresentaram textos, autores e periódicos anarquistas, e o anarquismo esteve presente, sobretudo, nos posicionamentos dos periódicos frente à realidade política, econômica e social. Esses jornais não atingiriam o êxito obtido sem a articulação de uma rede de militantes que possibilitassem, de muitas formas, sua difusão.

A contribuição de outros anarquistas

O destaque e a imprescindibilidade de Antônio Canellas, no âmbito da imprensa anarquista são nítidos e inquestionáveis. No entanto, não é menos correto afirmar que, direta ou indiretamente, estiveram envolvidos com o funcionamento dos jornais inúmeros outros militantes, tanto do Estado quando de fora dele. Seja na divulgação de anúncios de seus estabelecimentos de trabalho, que eram parte do sustento financeiro destes jornais, seja como responsáveis pela sua distribuição e recolhimento de pagamentos proveniente de vendas e assinaturas em outras localidades, inclusive, para além de Alagoas; contribuindo com a escrita de artigos, dentre outras.

Sobre a contribuição de militantes alagoanos com os jornais, temos o nome de Olympio Santana, este fora responsável pelas assinaturas na cidade de Viçosa, pelo menos no mês de março. O outro é o alfaiate Gracindo Alves que teve uma importante ligação com os projetos de Canellas. Aparece como anunciante da sua alfaiataria, a *Alfaiataria Gracindo*, em vários números de *A Semana Social*,⁴ assim como, em alguns de *A Tribuna do Povo*. Foi o responsável pela distribuição em Maceió das duas versões deste jornal, tanto a de Viçosa de 1916, quanto à do Recife de 1918 a 1920. Contribuiu também, em uma edição de *A Semana Social*, de 11/07/1917, com o artigo “A Revolução Russa”, no qual tratou do processo de luta popular, defendendo que os “filhos da Rússia, que já não mais temem a perversão dos Czares nem as torturas da Sibéria”, emplacavam a “sua revolução de caráter social” e caminhavam para um regime socialista. O alfaiate pontuou que naquele momento “a Rússia já se fez republicana e desperta para novas vidas e novas lutas, porque uma Rússia republicana não há de ser senão uma Rússia burguesa” (ALVES, In *A Semana Social*, p. 3). Com base em

⁴ Apenas três edições não aparecem os anúncios da Alfaiataria Gracindo. As edições de 20/04/1917, 08/09/1917 e 03/11/1917.

telegramas, Gracindo deduz que a Rússia seja mais que republicana e expressa seu entusiasmo com o avanço ao socialismo, considerando este, um passo para frente, mesmo que se tratasse no seu começo de um socialismo de Estado, reconhecendo assim, ainda não ser tudo:

É provável que ella seja mais que republicana, a julgar pelos telegramas mais recentes.

Fala-se de uma Rússia socialista e tudo nos faz crer que hoje, mais do que nunca, o problema da emancipação seja compreendido e posto em prática – ainda mesmo a começar por um socialismo de Estado, que já é um passo para a frente, se bem que não seja tudo (ALVES In *A Semana Social*, 11/07/1917, p.3).

A luta a qual se refere o artigo é, obviamente, os acontecimentos anteriores a outubro. Gracindo se referiu aos eventos revolucionários de fevereiro e seus desdobramentos. Neste momento, ainda não tinha se consolidado o projeto bolchevique, portanto, não havia ocorrido o acirramento das divergências nas questões que envolveram anarquistas e bolcheviques, se exacerbando apenas após outubro. No intervalo entre fevereiro e outubro, o governo de coalizão veio gradativamente dando sinais em não corresponder às expectativas dos trabalhadores, o mesmo povo russo que derrubou o czar e possibilitou o estabelecimento deste governo. Esta situação suscitou a inquietação dos grupos que atuavam no processo de luta na Rússia neste momento, como os anarquistas, bolcheviques e socialistas revolucionários de esquerda. Lênin, em suas *Teses de Abril*, e na obra *Estado e Revolução*, declarou “todo poder aos soviets” fazendo coro com o que anarquistas, principalmente, propunham desde a criação dos soviets em 1905. Como bem sugere Gracindo, o processo de luta na Rússia seguia dando sinais de rupturas radicais, o que animou militantes, anarquistas e outros, em vários cantos do mundo, haja vista, existir de fato a possibilidade de efetivação da emancipação do povo, e como se vê, isso foi sentido também em Alagoas.

Mesmo após se tornar aguda as divergências entre bolcheviques e anarquistas, estes últimos não se colocaram contra a revolução do povo da Rússia, pelo contrário, mantiveram-se na defesa da organização dos soviets e como ferrenhos opositores da centralização do monolítico partido bolchevique, personificada em Lenin e Trotsky, principalmente.

Muitos anarquistas tornaram público este posicionamento. Silva (2014) mostra que o alagoano Otavio Brandão nos anos de 1920 e 1922 lançou dois artigos no Jornal *A Voz do Povo*, do Rio de Janeiro, abordando esta questão. Em *Relâmpagos do caos: Anarquismo e bolchevismo*, artigo do dia 26 de outubro de 1920, Otavio declara:

E por isso digo que sou a favor dos operários e camponeses da Rússia que realizaram desapropriações por auto decisões, sem consultar a tiranos ou ditadores, como sou contra aos Srs. Lenin e Trotsky ou quaisquer comparsas na tragédia moscovita (BRANDÃO, apud SILVA, 2014, p. 93).

Em, *Os anarquistas e a defesa da Revolução Russa: Machno e seus partidários*, texto de 22 de novembro de 1922, “Brandão continua a defesa dos trabalhadores russos, mas sua guerra contra Lenin não acaba” (SILVA, 2014, p. 94). Ainda segundo Silva (2014, p. 94), Brandão defende Makhno e sua ideologia, contrapondo-a à dos Bolcheviques. A própria atuação de Nestor Makhno e a Makhnovichina, que “desenvolve-se na Ucrânia uma revolução socialista cujos princípios fundam-se na auto-organização dos camponeses, na autogestão econômica e social e na formação de milícias para enfrentar os generais czaristas”. Tragtemberg (2007, p. 110) revela a posição anarquista que acreditava no processo revolucionário mesmo se colocando contrário aos projetos e direcionamentos dos Bolcheviques.

Apesar da aparente surpresa expressa pelo pesquisador Bruno Rodrigo Tavares Araujo⁵ (2015, p. 93), diante do entusiasmo de trabalhadores de múltiplas ideologias, como anarquistas e socialistas, com o processo revolucionário na Rússia, é importante salientar, que essas múltiplas ideologias ou forças, a exemplo dos anarquistas, estavam envolvidas ativamente nestas lutas, ou seja, “o processo revolucionário desencadeado na Rússia em 1917 contou com o apoio de anarquistas de várias partes do mundo, incluindo o Brasil” (OLIVEIRA, 2009, p. 158). Sendo assim, parece-nos bastante compreensível o entusiasmo por parte dos seus adeptos.

Outra questão presente no texto de Gracindo Alves, com o exemplo da vitória do povo russo sobre o czarismo, é a atenção à luta dos trabalhadores como saída à guerra imperialista, pois,

Parece mesmo que na atual emergência, quando, afogando-se em sangue o velho continente, nesse período mais agudo de loucura de destruir os esforços de tantos séculos de trabalhos e grandezas acumuladas, e num monstruoso contraste, redundou nesta presente calamidade em vez de paz, ele, o povo russo, desloca-se do conjunto infernal para retomar a verdadeira trajetória para onde se destinam os povos. (ALVES, In: *A Semana Social*, 11/07/1917, p.3)

O destino dos povos seria exatamente a luta contra as nações que os empurrava à destruição e a morte e não o combate contra outros trabalhadores, mesmo que de outras nações. Ainda sobre a situação da Rússia, outro artigo⁶ declarou que “as notícias da Europa nos relatam que o czar e seu partido foram depostos do poder”, e que ao regime do Knut

⁵“Neste sentido, é interessante comentar uma observação feita Moniz Bandeira sobre os militantes que atuaram no movimento operário brasileiro, que independente de serem socialistas, se posicionaram, desde o primeiro momento ao lado da ‘República dos Sovietes. [...] Independentemente da corrente ideológica dos militantes citados, é inegável que a Revolução Russa influenciou as ideias, o imaginário, as expectativas dos militantes quais sejam: comunistas, anarquistas etc..” (ARAUJO, 2015, p.93).

⁶A Revolução Russa: suas causas e suas possíveis consequências. (*A Semana Social*, 30/03/1917, p.1)

siberiano sucedeu a soberania do povo pobre. Tal qual o pensamento de Gracindo, “A explicação desse fenômeno obtém-se analisando-se [sic] [...] os acontecimentos que há 30 meses estão se desenrolando sanguinolentamente no solo da velha Europa”, é a reação do povo russo aos projetos expansionistas e beligerantes do seu país, pois “Uma Rússia expansiva e guerreira implicava em uma Rússia ignorante, cossaca e despótica; ora, isso é a paralisação e a cristalização do progresso de um povo” (*A Semana Social*, 30/03/1917, p. 1).

Este apontamento avesso à guerra e favorável à luta dos povos da Rússia e de outros países, é notório no posicionamento dos anarquistas. Nesta perspectiva destacamos a contribuição de Otávio Brandão com o artigo *O que é patriotismo* (*A Semana Social*, 27/10/1917, p.1), no qual destaca diante da posição favorável à guerra da Liga de Defesa Nacional, chefiada pelo poeta Olavo Bilac, que “A guerra é um absurdo, é uma monstruosidade, é uma estupidez”, e que, diferente do que os senhores da tal Liga defendiam, o “Patriotismo não é empunhar um sabre para espaldeirar a seus irmãos, porque tão meu irmão é o negro como é o hindu, o chinês ou o argentino” (BRANDÃO, In *A Semana Social*, 27/10/1917, p.1).

Foram muitos os números que trouxeram publicações sobre a guerra nos dois jornais. Os posicionamentos foram sempre de rechaço à guerra, e se buscou desmitificar as ideias que simpatizavam com alguns dos lados em conflito (a Entente e os Aliados), colocando-se contrário a ambos, assumindo uma postura internacionalista, classista e antimilitarista. Nas próximas páginas trataremos desses aspectos expostos nos periódicos e que fizeram parte de um posicionamento geral do anarquismo e foram veiculados em Alagoas atestando a circularidade das ideias por meio dessa imprensa.

Internacionalista, classista e antimilitarista: a tradição anarquista e a Primeira Guerra Mundial

Como destacado, foram recorrentes as análises sobre o enfrentamento à Guerra Mundial nos jornais em questão. Inclusive, o posicionamento de *A Semana Social* contrário à guerra, foi apresentado por Almeida (2013, p. 123) e citado por Brandão⁷ como o principal fator, porém, não o único, responsável pela perseguição a Canellas em Maceió, forçando sua fuga para o Recife, e ocasionando, conseqüentemente, o fim das atividades do periódico.

A oposição à guerra, ou opção pela paz, era, em suma, um posicionamento internacionalista e classista, no sentido que identificava “como tantas outras que nos fala a história, a guerra atual é a consequência do regime capitalista que sobre nós impera” (LA

⁷ Entrevista concedida à Maria Cecília Velasco e Cruz e Renato Lessa disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arg/Entrevista213.pdf> 12/11/2018 23:46

LIBERTAIRE apud A SEMANA SOCIAL, 30/05/1917, p. 4). A paz seria produto da guerra de classes, ou seja, a união internacional dos povos, dos trabalhadores que se digladiavam em uma guerra que não os favorecia, pelo contrário, em luta contra o sistema que impulsionava os horrores de um conflito com o “interesse do capital: a rivalidade, o apetite dos diferentes grupos financeiros, o expansionismo colonial, o estatismo, o nacionalismo, todas as suas instituições e toda a sua moral, com base na violência” (GUERRA SOCIALE apud SANTOS, 2018, p. 145). Neste contexto, como assinala Santos, “Os anarquistas brasileiros [...] haviam desenvolvido um caráter combativo e antimilitarista desde o início dos conflitos nacionais” (SANTOS, 2018, p. 150). Ao longo dos conflitos essa linha foi difundida em vários jornais anarquistas, tanto no Brasil quanto em outras partes do mundo.

Ainda em Viçosa, em *A Tribuna do Povo*, no seu primeiro número, esse antimilitarismo desponta na denúncia ao decreto da lei de sorteio militar obrigatório como uma lei inoportuna, contraproducente e má. Demonstra a sua preocupação de que,

Se o Brasil seguir o caminho perigoso da expansão militar, o seu exemplo será imediatamente seguido pelas nações irmãs do continente. Será, então, a voragem infernal dos armamentos, a sobrecarga de novos impostos, o terror de um conflito armado a pairar, constantemente, sobre o puro firmamento da América! Rivalidades surgirão; a desconfiança reinará, soberana, as ameaças de um cataclysmo fatal e inevitável, sacudirão os alicerces do Novo Mundo! (A TRIBUNA DO POVO, 17/08/1916, p. 4).

Este temor do cataclismo do Novo Mundo vem, obviamente, da experiência da hecatombe em curso no Velho Mundo que devasta a passos largos parte da humanidade. Era no Velho Mundo que muitos trabalhadores anarquistas estavam vigilantes e combatendo esse mal. Suas práticas reverberam em muitas partes do Brasil e são divulgadas em Alagoas.

Em *A Semana Social*, de 26 de abril divulgou-se que seria publicado no próximo número do jornal um manifesto lançado ao povo francês pelo periódico LA LIBERTAIRE. Na edição de 30 de maio, de *A Semana Social*, foi lançado um artigo intitulado *Guerra a guerra, imponhamos a paz!*, que tem parte do citado manifesto reproduzido. Sobre a consigna “Guerra a guerra” os anarquistas marcaram o posicionamento que os trabalhadores do mundo, na sua concepção, deveriam assumir diante da guerra. Seria a luta contra os responsáveis pelo conflito, e não trabalhadores combatendo trabalhadores:

Os militantes anarquistas com o mote “Guerra Alla Guerra” mostravam que eram necessárias atitudes incisivas por parte dos trabalhadores e dos grupos subalternos contra os responsáveis pelos conflitos nacionais e suas consequências em âmbito global (SANTOS, 2018, p. 145).

A preocupação dos trabalhadores franceses era também com seus irmãos trabalhadores de outras partes do globo. Declaram que, “Solidarizemo-nos com os irmãos d’além fronteira e

acabemos com o matadouro”. A postura coerente de sua posição antagônica à guerra era nítida e censurou todos aqueles que defenderam o brutal conflito, declarando que, “É reprovado os atos dos partidos burgueses, reprovemos igualmente os socialistas e os sindicalistas que, traido a sua classe, enfileiram-se ao lado dos seus assassinos” (LA LIBERTEIRE, apud A SEMANA SOCIAL, 30/05/1917, p. 4).

Mesmo após “Dois anos de intrigas, excitação de ódios, não conseguiram sepultar o sentimento da fraternidade internacional” (A SEMANA SOCIAL, 30/05/1917, p. 4). Apesar de todo o horror que significava aqueles episódios, a resistência era fomentada e não era apenas na França que os trabalhadores estavam se mobilizando contra a guerra. Principalmente, os trabalhadores anarquistas, em outras partes da Europa, vinham impulsionando corajosamente movimentos de protesto e impedindo por várias vezes os governos de jogarem seus países na guerra, como afirma esta edição de 30 de maio.

A Tribuna do Povo publicou três artigos em uma coluna denominada, *A conflagração da Europa*,⁸ nos quais analisou algumas questões referentes à guerra. Assinala que o conflito armado foi a solução encontrada por estadistas e pela burguesia da Entente e dos Aliados quando “A Europa em 1914, chegara a um tal estado de desconfiança e desassossego [...] só o choque dos exércitos dissiparia a desconfiança e restituiria o socêgo à Europa” (A TRIBUNA DO POVO, 14/09/1916, p. 2). Contudo, a tendência é que cessem os conflitos uma vez que “Os alemães já reconheceram a impossibilidade de derrotar os aliados e tratam de estabelecer sobe proteção de seus exércitos, a fronteira de um mundo em que possam viver à parte” e, por sua vez, “os aliados mostram-se impotentes para subjugar os impérios centraes”. O povo, na sua visão, impaciente cobrará dos imperadores, czar e burgueses o “sangue inocente derramado em satisfação de seus caprichos” (A TRIBUNA DO POVO, 28/09/1916, p. 2).

No cenário em que a guerra ainda se estendia com a adesão de mais países, o redator exorta o povo ao despertar, e cita o pensamento do anarquista francês, Sebastien Faure, de protesto contra o crime da burguesia da Europa, que seria a guerra,

Povos, despertai! Porque não ouvis o apelo generoso de Sebastien Faure? Sesbastien Faure, o grande anarquista francês, dirigiu um apelo a todos homens livres do mundo, concitando-os a se unirem para levantar um protesto universal contra o monstruoso crime da burguesia europeia.

O crime que foi observado de perto por algumas pessoas e que puderam dar o seu testemunho do que de fato significou aqueles episódios. Uma série de três artigos intitulados,

⁸ Na edição nº 4, de 07/09/1916, o artigo é A Conflagração da Europa: a guerra estende-se; edição nº 5, de 14/09/1916, A conflagração da Europa: como e quando aquilo acabará?; e na edição nº7, de 28/09/1916, A conflagração da Europa: a ofensiva allemã na Rumania.

A guerra analysada por um internacionalista, foi publicada em *A Semana Social*.⁹ São relatos do médico espanhol Juan C. Carrula que percorreu a vizinhança da batalha e, segundo o próprio Carrula, se misturou na guerra “ao prestar socorro a alguma vítima” (CARRULA, apud A SEMANA SOCIAL, 11/07/1917, p. 2). Como também anuncia, esse relato vem a contragosto, inclusive declara experimentar “a sensação quase agradável de haver esquecido tudo como se esquece um pesadelo”. No entanto, ao decidir fazer o relato, não faria nos moldes que “constituem a comida diária que nos servem os correspondentes” nessa guerra. Faria por outra ótica, pois, de tudo que viu, entre os horrores e as desgraças, “Foi [...] vivendo em contato com o povo [...] que aprendi alguma coisa e que pude entrever uma parte do imponente conjunto de consciências que acarretará o drama das nações”. Assume atingir a satisfação se conseguir ao menos, ao fim do relato,

[...] levantar uma só das pontas do véo que oculta o fundo do drama aos olhos de parte do proletariado mundial, ao qual incumbirá no porvir o maior feito que haja podido levar a cabo um grupo social na história; destruir o *systema* que nos conduziu à luta fatal por onde resvala a humanidade (CARRULA apud A SEMANA SOCIAL, 11/07/1917, p.2).

O internacionalista enxerga o sistema capitalista como o condutor da humanidade à guerra, à luta fatal, e que o papel histórico do proletariado seria destruir este sistema. O que nos leva a crer, que em seu posicionamento a solução não estaria em um dos blocos situados no conflito, ou qualquer nação, como levava a crer inúmeras outras análises. A partir do relato de Carrulla, o redator discorre algumas linhas fortalecendo a visão internacionalista dos anarquistas e desmitificando a ideia de que o caminho é o apoio a uma das partes beligerantes:

Nós estamos acostumados a ouvir da guerra quase somente o zumbido impertinente das mentiras aliadas e o echo colossal das vitórias germânicas mais o seu corollario de horrores; de forma que, quando lemos uma análise da guerra como a que faz o celebre internacionalista, temos a impressão profunda e horrível do que é o monstro da guerra despido do pretense heroísmo e da falsa utilidade com que o enfeitam os poetas e guerreiros e os theoreticos do militarismo. Ao mesmo tempo, vemos como é humana, bela, útil e grandiosa a sublime aspiração da internacionalização – da fraternização de todas as raças, todos os povos, de todos os indivíduos sob a égide do socialismo anarquista (A SEMANA SOCIAL, 18/08/1917, p. 1).

Como foi possível perceber, os dois jornais mantiveram uma postura coerente ao posicionamento do anarquismo no mundo e fizeram coro com outros jornais e grupos de militantes anarquistas nas questões referentes à Primeira Guerra, como o internacionalismo o classismo e o antimilitarismo veiculando-as aos trabalhadores de Alagoas. No entanto, não é unânime a ideia de que esses sejam jornais anarquistas. Gira uma polêmica, principalmente em torno de *A Semana social*, sobre sua inclinação ideológica.

⁹ Os artigos foram publicados nos números de 11/07/1917, p. 2; 25/08/1917, p. 2; e 01/09/1917, p. 3.

Imprensa anarquista e a polêmica historiográfica

Estampado no cabeçalho do jornal *A Semana Social* aparece, “Órgão Político, Literário e Noticioso”, explicitando o que se veicularia no mesmo. Aparentemente, nada muito diferente do que qualquer jornal da época poderia veicular. Não obstante, diante do questionamento de um leitor que escrevera ao redator “aplaudindo a ação da SEMANA SOCIAL no tocante à atitude que ela tem mantido ante a questão social e a guerra” (A SEMANA SOCIAL, 06/10/1917, p. 4). Porém, lastimando que este periódico houvesse abandonado a literatura, Canellas dá a resposta ao leitor em um artigo intitulado *Resposta à carta de um leitor fanático da literatura*, expressando o caráter claramente combativo e classista do jornal, e elucidando a confusão que a consigna deva ter sugerido.

Era desejo do tal leitor, segundo o artigo, que o redator deveria fazer do jornal um periódico completamente literário, e propôs que este deveria “Pairar sobre os complicados assuntos sociais e olhar para as estrelas, para o mar e para as selvas”. A resposta do jornal foi que nunca se faria tal coisa. Mesmo considerando a importância da contemplação literária, “preferimos fixar nosso olhar sobre as questões que agitam a sociedade humana” (A SEMANA SOCIAL, 06/10/1917, p. 4). Conclui com uma indagação que carrega, a nosso ver, o objetivo do jornal, qual seja, a luta social:

E si nós, os deserdados, nos fossemos dedicar exclusivamente à descrição da beleza das estrelas, da majestade do mar e do encanto das selvas – distraíndo-nos da luta social -, o Estado e a burguesia não nos reduziriam à mais baixa sujeição? (A SEMANA SOCIAL, 06/10/1917, p.4).

Como deixa patente o redator, no palco da luta social os deserdados não podem perder de vista os seus inimigos, que são a burguesia e o Estado, correndo o risco de amargar perpetuamente a sujeição mais baixa. O horizonte dessas publicações foi sem dúvidas a luta de classes. Como podemos observar, na visão anarquista, os inimigos dos oprimidos estão expressos nessas páginas.

Canellas declara já no primeiro número de *A Tribuna do Povo*, “Somos socialistas, amigos da liberdade e filhos do povo, vimos a pugnar pelos direitos dos oprimidos e assumir um posto de sacrifício” (A TRIBUNA DO POVO, 17/08/1916, p.1). Neste mesmo jornal o redator tipógrafo se coloca como um militante libertário ao questionar a utilização da “Questão Social” pelo jornal *O Albor*, pois, “os seus artigos não deixam transparecer a sua opinião sobre o methodo de ação que devem adoptar os interessados na solução dos problemas creados pela Questão Social” (A TRIBUNA DO POVO, 15/11/1916, p. 2).

Araujo (2015), em sua dissertação sobre a trajetória política e intelectual de Canellas, analisa sua atuação política e ideológica a partir das posturas deste nas publicações dos periódicos. Principalmente, em *A Semana Social*, considera esta postura marcada por uma miscelânea que “apresenta-se com palavras que indicam princípios do posicionamento socialista” (ARAUJO, 2015, p. 118). Enumeramos esses princípios pontuados pelo autor: 1º a abolição do sistema de salários, pondo no seu lugar a socialização; 2º a luta de classes, com o combate entre as classes antagônicas, classes produtoras e exploradas e as classes improdutivas e exploradoras; e 3º a socialização do solo e de qualquer outro meio de produção. Entretanto, o autor conclui que:

Apesar de sua aproximação com o socialismo em alguns momentos, não foi apresentada nenhuma referência, nas publicações ou artigos, à formação e organização operária de partidos ou advogado a elegibilidade de operários. Na realidade ficou claro que a atuação político-ideológica de Canellas em Alagoas foi ácrata (ARAUJO, 2015, p. 118).

A constatação da atuação anarquista de Canellas, o autor prossegue seu pensamento buscando explicar os motivos das generalizações e imprecisões das posturas ideológicas daquele ancorado em Oliveira (2009) que, “acrescenta que as ideias anarquistas, como outras correntes, influenciaram o movimento operário na Primeira República” e, principalmente, em Edilene Toledo (2007), que indica que “O anarquismo [...], juntamente com o socialismo e o sindicalismo revolucionário, orientou a formação da organização dos trabalhadores em suas várias manifestações” (ARAUJO apud TOLEDO, 2015, p.119). Segue indicando que “Talvez as generalizações de posicionamentos ideológico aderentes à postura anarquista, socialista, sindicalista revolucionária, que eventualmente ocorram em seus escritos, de forma às vezes imprecisa”, podem estar relacionadas ao comentário anterior de Edilene Toledo (ARAUJO, 2015, 118).

Edilene Toledo, em *Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário*, defende uma “[...] tese central que busca desvincular o sindicalismo revolucionário do anarquismo no Brasil” (CORRÊA, 2011, p.27). Segundo Felipe Corrêa (2011), “Ao sustentar que no Brasil não houve anarco-sindicalismo, mas sindicalismo revolucionário, a autora tenta desfazer o vínculo deste com o anarquismo” (CORRÊA, 2011, p.27 a 28).

Toledo diz que “o sindicalismo revolucionário, é um movimento que em várias partes do mundo, se transformara em uma corrente política autônoma em relação ao anarquismo e o socialismo” (TOLEDO, 2004, p. 12). Pensamos o contrário, concordamos com o pensamento de Corrêa (2011), na sua discussão sobre o anarquismo e o sindicalismo revolucionário, que abordando as questões referentes à ideologia e a estratégia, assinala que “o sindicalismo

revolucionário não constitui uma ideologia diferente do anarquismo, mas uma das estratégias adotadas pelo anarquismo” (CORRÊA, 2011, p. 32). Uma prova foi a participação ativa de anarquistas nos sindicatos que atuaram a partir do sindicalismo revolucionário.

A nosso ver, tanto o sindicalismo revolucionário tem relação com o anarquismo, quanto este com o socialismo. Ou melhor, “o anarquismo é uma ideologia que se constituiu a partir da luta do proletariado europeu contra o desenvolvimento do capitalismo, constituindo um tipo de socialismo” (CORRÊA, 2011, p. 30). Desta maneira, o que Araujo enxerga como uma miscelânea, por se tratar de posicionamentos do socialismo as posturas de Canellas e do jornal, para nós, trata-se de posicionamentos também do anarquismo. Entendemos, neste caso, que o socialismo ao qual Araujo se refere é o socialismo parlamentarista da II Internacional. No entanto, chamamos a atenção para uma questão muito importante que é ainda o desconhecimento, apesar das evidências, de ser o anarquismo socialista, o socialismo libertário.

Os dois periódicos estavam conectados a militantes e imprensa operária e anarquista do país. No mesmo número em que *A Semana Social* (26/ 06/1917, p. 2 e 3) noticia o surgimento do jornal anarquista de São Paulo, *A Plebe*, transcreve um artigo deste jornal, intitulado “PELA DESORDEM!”. Artigos de militantes anarquistas como Neno Vasco, Astrogildo Pereira e Pietro Gore, por exemplo, foram publicados nos dois jornais. Suas páginas foram utilizadas, na seção trechos escolhidos, para trazer excertos de textos de Maletesta, Kropotkin, Elisie Reclus, Sebastien Faure, dentre outros. Na edição de 23 de dezembro de 1916, *A Tribuna do Povo* faz indicações de livros anarquistas como, *A Sociedade Moribunda* e *A Anarquia*, de Jean Grave; *A dor Universal*, de Sebastien Faure; *A conquista do pão*, de Peter Kropotkin e *Evolução, Revolução e Ideal Anarquista*, de Elisie Reclus. Não só essas participações e contribuições, mas também os posicionamentos do próprio redator de *A Tribuna do Povo* e *A Semana Social* atesta uma inclinação do jornal muito íntima do anarquismo.

Na introdução da edição fac-símile de *A Semana Social*, Maciel (2013, p.10), apresenta uma “polêmica historiográfica” acerca da orientação ideológica deste jornal, no qual alguns teóricos discutem esta orientação, concluindo, em sua maioria, que a orientação ideológica de Canellas, e conseqüentemente a tendência do periódico, não seria anarquista. Em nota de rodapé, Maciel (2013, p.11) destaca que para Moacir Sant’Ana, Canellas era socialista; para Foot Hardmam e Leonardi, tanto o jornal quanto Canellas eram anarquistas, no entanto, podendo se aproximar do anarco-sindicalismo, do socialismo revolucionário e, ainda, do socialismo libertário. O memorialista e militante anarquista, Edgar Rodrigues, o

classificou como socialista revolucionário. Maciel acrescenta ainda à polêmica, a declaração de Canellas numa querela com o jornal o *Semeador*, onde diz que “ainda não tivemos a honra de nos apresentarmos como defensores do socialismo anarquista” (A SEMANA SOCIAL, 25/08/1917, p. 4).

As classificações se mostram pouco esclarecedoras, haja vista, termos pontuado anteriormente que o anarquismo é um tipo de socialismo, inclusive colocado por Araujo (2015), que suas publicações não trazem traços do socialismo parlamentarista. As definições do Foot Hardman e Leonardi, que ponderam uma fuga do anarquismo, não dizem, também, muita coisa, pois os termos que utiliza, como anarco-sindicalismo e socialismo libertário, grosso modo, são sinônimos de anarquismo, cabendo mais, nesse caso, uma discussão sobre ideologia e estratégia. Sobre a resposta de Canellas ao jornal *O Semeador*, não podemos dizer quais motivações o levou a tal declaração, uma vez que, o jornal claramente propagou o anarquismo de muitas maneiras.

A análise desta imprensa pode contribuir com a discussão. Rafael Viana da Silva discutindo a imprensa operária e anarquista, pontua que “É preciso ressaltar o que é imprensa anarquista e o que é imprensa operária” (SILVA, 2014, p.97). A partir desta distinção, é possível refletir melhor sobre a questão. Silva (2014) assinala que,

A imprensa anarquista, portanto está conectada intimamente a determinados círculos, grupos ou organizações anarquistas, revelando suas estratégias, e, portanto, possui especificidades e características marcadamente ideológicas. Já a imprensa operária, necessariamente é mais ampla do que a imprensa anarquista, e comporta questões ligadas às entidades de classe e as demandas dos trabalhadores de uma determinada categoria profissional (SILVA, 2014, p. 97 a 98).

Mesmo com a importante e necessária classificação destas duas modalidades de imprensa, que define com rigor as características de uma e de outra, fazer precisamente essa definição, na prática não é algo muito simples, sobretudo, considerando que “em alguns casos há anarquismo nas páginas sindicais e sindicalismo nas páginas anarquistas” (SILVA, 2018, p.301).

O que podemos seguramente afirmar, nesse sentido, sobre os jornais em questão *A Semana Social e A Tribuna do Povo* é que, nem uma das versões traz explícita a nomenclatura ou intitulação de anarquista, tampouco, por outro lado, nenhum dos jornais está ligado a uma entidade de classe ou categoria profissional, a exemplo do jornal *O Escravo*, que traz intitulado em seu frontispício, “Órgão da Federação Operária Alagoana”. Entretanto, pela totalidade dos conteúdos e posicionamentos dos jornais, podemos caracterizá-los como

anarquistas, ou no mínimo, próximos à tradição anarquista. Desta forma, é de total relevância perceber que,

A imprensa nesse sentido não obedece apenas a cultura política dos anarquistas – que retoma os elementos de uma “tradição” libertaria - mas está ligada a uma intensão de rearticulação militante e num sentido mais amplo, de interferir nos debates vigentes (SILVA, 2014, p.103).

Sobre a rearticulação militante, a imprensa anarquista em Alagoas cumpriu este papel. A partir do mês de agosto a redação de *A Semanal Social*, que estava situada à Rua do Araçá, nº 74, no bairro Pajussara, passa suas instalações para a rua Voluntários da Pátria (antiga do Jogo), nº 63. Este novo endereço foi anunciado como sede do Comitê de Defesa Proletária, e aos domingos, geralmente, ocorriam os seus encontros.¹⁰ O comitê lembra em suas reuniões a necessidade imperiosa de se organizar em associações de classe.¹¹ Diferente de anos anteriores, com a atuação da FOA (Federação Operária Alagoana), por exemplo, Alagoas nesse período parece estar carente de organizações de classe, e é interesse dos anarquistas envolvidos nesta imprensa a reorganização da classe trabalhadora em entidades classistas e “Esses espaços de imprensa foram fundamentais para reorganização militante”¹² (SILVA, 2014, p.104).

Do mesmo modo, no intuito de interferir nos debates vigentes, a todo o momento os jornais exortaram o povo à revolta contra a situação que os fustigava diuturnamente, e colocavam na pauta do dia os principais temas que tornavam mais insuportáveis a vida do povo alagoano. Nos anos de 1916 e 1917, o Brasil atravessava uma grande crise, com a economia voltada para a guerra, agravando-se os distúrbios com a entrada do país nesta, uma pauta urgente martelada pelos anarquistas no país inteiro foi a carestia de vida. Em Alagoas, essa questão permeou a vida destes periódicos, que buscavam mobilizar o povo à ação.

A carestia de vida como pauta de luta

Assim como a Primeira Guerra, a carestia de vida foi um tema bastante abordado no jornal *A Semana Social*. Ademais, o problema da carestia foi agravado nos anos de guerra com o comércio e a indústria voltada para esta. O ano de 1917 foi bastante conturbado e a classe operária brasileira, com forte atuação anarquista, intensificou suas lutas protagonizando momentos épicos como “o intenso fôlego grevista que tomou conta da cidade de São Paulo

¹⁰ Anúncio de reunião do Comitê de Defesa Proletária na edição de 25/08/1917, p. 3.

¹¹ Artigo “Agitação Obreira: uma grande manifestação em perspectiva”, 16/09/1917, p. 2.

¹² Mesmo o autor tratando de uma situação específica de um período posterior (1945- 1964) e espaço distinto do que aqui estamos tratando (São Paulo e Rio de Janeiro), julgamos pertinente a afirmação citada para o caso que estamos abordando.

[...] se alastrando posteriormente para cidades do interior paulista e outras regiões como o Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul” (LOPREATO, 1996, p. 59; SANTOS, 2018, p. 165).

As notícias das greves de São Paulo circularam em Alagoas simultaneamente aos acontecimentos, chamando a atenção dos trabalhadores do Estado sobre que “bello exemplo está oferecendo actualmente o proletariado de S. Paulo [...] estendendo o estandarte da revolta”. A *Semana Social* alerta para o fato de que o meio para o proletariado alagoano alcançar a conquista deva ser pela ação direta como os trabalhadores daquela região, não esperando de políticos simpáticos ou governantes. Segundo o jornal, a ação direta se fazia necessária por que os industriais não iriam ceder às exigências dos trabalhadores, pelo contrário, fariam uso dos instrumentos de repressão como a polícia e forças armadas, para lhes combater. Indagando sobre como o proletariado alagoano poderia lutar contra os detentores do poder, já que, “quem detém nossas melhorias de vida, são os industriais”, o redator, que é parte do proletariado, diz que o que devemos fazer “É unirmo-nos, solidarizamos com nossos companheiros e combinarmos o meio de ação; é fundarmos associações de classe, jornais operários e centros de estudos sociais” (A SEMANA SOCIAL, 21/07/1917, p. 4).

Em Maceió, entre os meses de julho e agosto, foi formado o Comitê de Defesa Proletária que passou a discutir os problemas enfrentados pela classe trabalhadora e fazer negociações junto ao governo. Em outras partes do país iniciativas similares foram tomadas. Provavelmente, no eixo Rio-São Paulo “os anarquistas [...] propuseram o ‘Comitê de Agitação Contra a Carestia de Vida’, logo sob os efeitos da Primeira Guerra Mundial” (SANTOS, 2018, p. 153). As reuniões do Comitê de Defesa Proletária eram realizadas na sede do jornal *A Semana Social*, aos domingos, e as chamadas das reuniões eram feitas pelo jornal, assim como, outras informações relacionadas ao comitê e a luta dos trabalhadores movida por essa agremiação também eram informadas.

Sobre a carestia, o Comitê de Defesa Proletária entregou ao governo do Estado uma moção. Depois de estudar “as condições vexatórias em que se encontram as classes pobres, devido aos elevados e exorbitantes preços dos gêneros de primeira necessidade, resolveu, [...] com assistência de representantes de todas as classes trabalhadoras”, enviar uma moção que tratava da questão dos produtos de primeira necessidade como o pão, peixe, carne verde e os cereais, assim como, o preço dos alugueis. A moção exigia que o governo baixasse um decreto que estabeleceria um imposto de 30% sobre as rendas das casas de aluguel a serem pagas pelos inquilinos e descontado do que estes pagariam aos proprietários. Por sua vez, “Atendendo à situação em que se encontra a população deste Estado e considerando esta uma

situação de verdadeira calamidade pública”, o governo não cobraria o imposto dos inquilinos, e isso não alteraria o montante a ser pago ao proprietário (A SEMANA SOCIAL, 18/08/1917, p. 3).

Além da medida referente aos alugueis a moção propunha uma nova tabela com o abatimento de 30% nos preços dos gêneros de primeira necessidade. A dispensa de imposto para os compradores de peixes, frutas, legumes e cereais quando esses produtos fossem comprados no interior ou adjacência de Maceió e fossem destinados à venda no retalho ao povo da capital. Proibição da exportação de cocos e cereais até descerem os preços e se tornarem abundantes na mesa dos trabalhadores, assim como, seriam fiscalizados efetivamente os gêneros como o café, leite, peixe, carne verde e conservas alimentícias. O decreto fala ainda de um imposto adicional de 100% sobre cada aumento dos alugueis (A SEMANA SOCIAL, 18/08/1917, p. 3).

O comitê tinha clareza de que essa ação poderia no máximo, sobre a carestia, “restringi-la, moderá-la, atenua-la. E isso se consegue fazendo-se pressão directa sobre o governo, sobre os açambarcadores e sobre os demais incentivadores da carestia dos gêneros”. A ação aparentemente simples e ingênua se revela bastante ousada e consciente, porém limitada, pois a estratégia de pressionar o governo, exigia que este cortasse na sua própria carne, uma vez que, “em alagoas, por exemplo, da o fato de ser o presidente do estado o maior cultivador de côco e o entendente da capital um dos mais fortes proprietários de casas de aluguel” (A SEMANA SOCIAL, 25/08/1917, p. 1). O decreto do comitê ainda “propõe que o governo, a respeito dos alugueis de casa, assuma perante o povo e a justiça pública o seguinte contrato, irrevogável pelo espaço de 50 anos” (A SEMANA SOCIAL, 18/08/1917, p. 3).

Na edição de 25 de agosto, o comitê convocou os trabalhadores para uma reunião para se tomar conhecimento da ação deste junto ao governo. O resultado da reunião da comissão do comitê com o governo foi publicado no editorial de *A Semana Social* de um de setembro, com o título de *O terrível problema: o governo ainda nada fez contra a carestia!* Foi exposto que ficaram esquecidas as promessas que o governo fez aos trabalhadores sob a alegação de que “não podia mandar aplicar a tabela pedida pelos operários, por ser ela ilegal, visto ir de encontro à liberdade do comercio”. Segundo o jornal, o governo prometeu comprar cereais no interior e vender a preço de custo, mas o comitê entendeu que tal promessa seria apenas para iludir a comissão. Diferente de outros Estados, em Alagoas o governo sequer se movimentou para tentar resolver tal problema (A SEMANA SOCIAL, 01/09/1917, p. 1). E são cômicos os trabalhadores de que diante disto,

Os açambarcadores riem e estão convencidos de que o governo nada fará contra eles, pela razão muito forte de que os governantes têm outras cousas em que cuidar (a política, por exemplo) além da carestia dos gêneros – problema que muito interessa a quem vive do suor do seu rosto e que não entra nas cogitações dos figurões que têm o thezouro a lhes garantir o ocioso viver (A SEMANA SOCIAL, 01/09/1917, p. 1).

O governo que segue apenas cobrando impostos e fazendo política, contraiu junto aos trabalhadores mais uma dívida, na qual o “descontentamento dos operários irá aumentando até chegar ao seu fim lógico, que é a explosão da indignação, o exgotamento da paciência, a quebra da ordem capitalista governamental – a greve”. O tom de desabafo e ameaça fora mantido no final do editorial ao dizer que o governo só cobrará impostos e fará política “até o povo resolver, ele mesmo, tratar de sua direção política, [...] não havendo, por conseguinte, necessidade alguma de se pagarem impostos para enriquecer um tesouro que só serve para garantir o viver ocioso dos figurões políticos-dirigentes” (A SEMANA SOCIAL, 01/09/1917, p.1).

A carestia de vida era entendida como “o mais perfeito e genuíno fruto da civilização burguesa”, era ainda “a argola que os tyranos da humanidade prendem à parte mais sensível (o estômago) do povo”, desta forma, “este terrível problema [...] deve merecer toda a atenção daqueles que desejam ver o povo a caminho da libertação”. A carestia seria a sombra do regime capitalista que vinha se instalando em todo o globo, desta maneira, ela se tornou um mal universal. Ela era, de um lado, necessária para a proliferação das riquezas privadas, e por outro, a miséria, desfibramento moral e material da sociedade humana (A SEMANA SOCIAL, 25/08/1917, p.1).

Para acabar com a carestia de uma vez por todas, portanto, o caminho a trilhar seria a revolução social, ou seja, “é preciso remodelar inteiramente o actual systema econômico da sociedade e, concomitantemente, modificar também o regimen político da mesma”. Enfatiza-se a necessidade de se “extinguir a propriedade privada, regular a produção pela necessidade do consumo, abolir a actual methodo de trocas que permite o açambarcamento e a imposição de preços”, tudo isso só seria possível por meio de ações fora dos limites da legalidade (A SEMANA SOCIAL, 25/08/1917, p. 1).

O comitê segue sua “agitação obreira” e informando sobre a luta, pelas páginas de *A Semana Social*, aos trabalhadores e trabalhadoras. Em setembro, na edição do dia 16, novas ações do comitê são anunciadas, iriam “enviar uma comissão ao governo para indagar do que se tem feito a respeito da moção que há tempos lhe foi entregue”. A edição aponta que os operários que estão em torno do Comitê de Defesa Proletária seguem firmes com o propósito

de levar adiante a sua ação. Essa ida da comissão ao palácio do governo seguiria “acompanhada de grande número de companheiros de trabalho e será isso um grande protesto popular contra a carestia dos gêneros”, priorizando a autonomia e o protagonismo de classe, uma vez que, não seria “de forma alguma permitido aos politicantes tomarem parte activa na manifestação” (A SEMANA SOCIAL, 16/09/1917, p. 2).

Uma importante reflexão neste episódio é a posição do comitê com a decisão de realizar o ato da comissão e demais trabalhadores junto ao governo, apenas quando houver a substituição do então governo pelo governo de Baptista Accioly. Quando se trata da história do movimento operário, mais especificamente sobre o anarquismo, tende-se a pensar suas atuações como voluntarismo e se romantiza um heroísmo desmedido que eclipsa a ação mais lúcida desses movimentos e trabalhadores, que refletiram sobre a realidade a qual estavam inseridos e, bem ou mal, agiram nesse contexto. Existe ainda a tendência de pensar essa atuação tendo como modelo outros períodos e outras localidades, não considerando o contexto que se dão tais acontecimentos.

As duas ações do comitê, a moção e a manifestação com ida da comissão ao palácio do governo, podem parecer pouco e serem tidas como algo irrelevante, no entanto, E. P. Thompson (1998) pontua que “O que é (visto de cima) um ato de ‘doação’ é (a partir de baixo) um ato de conquista” (THOMPSON, 1998, p. 69). Assim, a mobilização e as tentativas em fortalecer o movimento dos trabalhadores, a intenção de criação de organizações classistas e o fomento da independência e protagonismo destes trabalhadores e trabalhadores tiveram como meio prático, no contexto específico de Maceió nesses meses de 1917, as duas medidas expostas.

Nas publicações que se seguiram não tivemos mais notícias sobre o comitê. Após a edição de 16 de setembro, foram lançados apenas mais seis números de *A Semana Social*, que na edição de três de novembro, a sua última, atacou com veemência o posicionamento do governo brasileiro sobre a Guerra Mundial, realizando em Maceió atos contrários à Guerra, o que desagradou os favoráveis à adesão do Brasil ao conflito ao lado dos aliados, e sob os gritos de “morte a canelas” e “espião boche”, Antonio Bernardo é forçado a deixar Alagoas, evadindo-se para Recife, acarretando assim, o fim das atividades do jornal.

Considerações Finais

O anarquismo em Alagoas circulou por muitas cidades do interior do Estado através das páginas dos jornais aqui tratados, não ficou restrito à Maceió, ou ainda à cidade de Viçosa. Priorizou os trabalhadores como público e se dedicou à vida destes, foi distribuído

nos ambientes desses trabalhadores e trabalhadoras, fábricas, agências de vendas e nos postos dos trabalhadores do comércio. Além do destacado e imprescindível papel desempenhado por Canellas, outros militantes contribuíram com as atividades dos jornais, tanto militantes alagoanos, quanto de fora do Estado.

Coerente com o posicionamento anarquista, os jornais mantiveram uma postura de combate à Primeira Guerra e expuseram uma postura internacionalista e classista, enxergando na luta dos trabalhadores de todos os países unidos contra o capitalismo e a burguesia, os reais causadores da guerra. Combateram sem vacilar o militarismo que buscaram implantar na sociedade através de leis, como a do sorteio militar obrigatório, e as atividades da liga presidida por Olavo Bilac.

No contexto de mobilizações operárias no país, tendo como epicentro São Paulo, foi incentivador da organização e da ação da classe trabalhadora e no entorno do jornal *A Semana Social*, foi organizado O Comitê de Defesa Proletária que atuou contra a carestia de vida.

Por fim, apesar da polêmica sobre a posição política e ideológica apontada, constatamos pelas posturas apresentadas nos jornais acerca das inúmeras questões políticas, sociais e econômicas, um posicionamento coerente ao anarquismo, o que nos permite colocá-los, como ávidos divulgadores do anarquismo e, no mínimo, íntimos desta ideologia. Somando-se ainda à reprodução de textos e artigos, de militantes, grupos e outros jornais anarquistas; indicações de livros, entre outras propagandas.

Referência bibliográfica

ALMEIDA, Luiz Sávio. **Notas sobre poder, operários e comunistas em Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 2013.

ARAÚJO, Bruno Rodrigo Tavares. **Rebeldia com Causa: a trajetória política e intelectual de Antonio Bernardo Canellas (1916-1920)**. 2014. 181f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Alagoas: Programa de Pós-graduação em História, Maceió, 2015.

BARROS, José D'Assunção. **O Campo da História: especialidades e abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2013.

CORRÊA, Felipe. **Ideologia e Estratégia: anarquismo, movimentos sociais e poder popular**. São Paulo: Editora Faísca, 2011.

LOPREATO, Christina da Silva Roquete. **O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917**. 1996. Tese (Doutorado em História). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1996.

LUCA, Tânia Regina de. Fontes Impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: Pinsky, Carla B. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2010.

MACIEL, Osvaldo. **A semana social**: coletânea. Ed. Fac-símile. Maceió: EDUFAL, 2013.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon. **Anarquismo, Sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936)**. 2009. 267f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2009.

PLANCHEREL, Alice Anabuki. **Memória & omissão: anarquismo & Otávio Brandão**. Maceió: Edufal, 1997.

SANTOS, Kauan Willian. Guerra à guerra: raça, antimilitarismo, organização política anarquista durante a Primeira Guerra Mundial. In: SANTOS, Kauan Willian, SILVA, Rafael Viana (organizadores). **História do anarquismo e do sindicalismo de intenção revolucionária no Brasil: novas perspectivas**. Curitiba: Editora Prismas, 2018.

SILVA, Rafael Viana. **Elementos Inflamáveis**: organizações e militância anarquista no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1964). 2014. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 2014.

_____. Sindicalismo e militância anarquista no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1964). In: SANTOS, Kauan Willian, SILVA, Rafael Viana (organizadores). **História do anarquismo e do sindicalismo de intenção revolucionária no Brasil**: novas perspectivas. Curitiba: Editora Prismas, 2018.

SILVA, Shuellen Sablyne Peixoto. **A trajetória política e intelectual de Octávio Brandão (1916-1922)**. 2013, 109f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2014.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOLEDO, Edilene. **Anarquismo e sindicalismo revolucionário**: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

TRAGTENBERG, Maurício. **A Revolução Russa**. São Paulo: Editora Fâisca, 2007.